

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

DA MUDANÇA DA CAPITAL DO RIO À CONCRETIZAÇÃO DE BRASÍLIA COMO CAPITAL FEDERAL DO PAÍS

Kauan Matheus Salgado Pereira, Sandra M. Fonseca da Costa.

Faculdade de Educação e Artes (FEA), Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), Av. Shishima
Hifumi 2911, Urbanova, 12244-000, São José dos Campos (SP), Brasil,
kauanmatheus5458@gmail.com, sandra@univap.br.

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama sobre a cidade de Brasília, até sua implantação, com Juscelino Kubitschek (JK) e seus objetivos com a construção de uma nova capital para o país em uma área distante do centro populacional para o centro geográfico do país. A cidade de Brasília foi construída durante o governo de JK e inaugurada em 1960, por ele. Entretanto, o plano de mudança da capital federal existia desde o Brasil Império, e foi explicitado na primeira constituição da República, de 1891. Mais de 50 anos depois, sua inauguração, por JK, teve o objetivo de transformar a cidade de Brasília em um marco de seu governo. O presidente se apropriou desta ideia para criar sua autoimagem nacional. A ideia de transferência da capital demorou mais de 50 anos para sair do papel. Recebeu vários nomes, após vários projetos.

Palavras-chave: Brasília; Império; República; Desenvolvimentismo.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas - História.

Introdução

Capital federal, Brasília, foi inaugurada em 1960. Com 63 anos, a capital se tornou uma importante cidade no país. Apesar de Juscelino Kubitschek, presidente da república do Brasil entre 1956 e 1961, não ter previsto a construção da nova capital no Plano de Metas, documento básico de proposta do seu governo, “a construção de Brasília (...) representou um grande símbolo de seu governo” (ZILIOTTO, 2005, p.10).

A construção da nova capital ganhou projeção no governo de JK, entretanto esta ideia foi aventada, a primeira vez, no período de Dom João VI, em 1808.

Os primeiros planos surgiram em 1808, quando Dom João VI se mudou com a corte portuguesa para o Brasil, fugindo de Napoleão Bonaparte. Argumentava-se que uma nova capital era necessária porque o Rio, uma simples cidade colonial, não tinha estrutura suficiente para ser promovida a cabeça do Reino de Portugal.

A localização costeira, além disso, deixava o Rio vulnerável a ataques estrangeiros pelo mar (WESTIN, 2020).

Westin (2020) explica que foram necessários 150 anos, desde a primeira ideia surgir, para a capital sair do papel. O autor comenta que foram várias as ideias surgidas e nomes atribuídos à capital, ao longo deste período. Neste sentido, considerando esta trajetória, este artigo tem como objetivo apresentar um panorama sobre o processo de criação de Brasília, até sua implantação, com Juscelino Kubitschek (JK).

Metodologia

Esta pesquisa é de caráter bibliográfico, tendo sido utilizada uma literatura que apresenta discussões sobre a proposta de transferência da capital federal e sobre o projeto de JK. Portanto, é uma pesquisa bibliográfica. Foram consultados também matérias de jornais sobre o tema, tanto no período do império quanto no período do governo do presidente Juscelino Kubitschek (JK).

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Resultados e discussão

Foram muitas as trajetórias estabelecidas, para que o Brasil concretizasse a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960. No Início de 1808, a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, não tinha infraestrutura suficiente para ser promovida à principal conexão do Brasil colônia com o Reino de Portugal (WESTIN, 2020). Sua localização costeira a tornava vulnerável a invasões, sendo assim com o apoio do jornalista Hipólito José da Costa, por meio do Correio Braziliense, estabelece-se uma pressão sobre o governo brasileiro, que deveria ser construído na capitania de Goiás uma nova capital para o país, na região onde nascem os rios, permitindo o contato via navegação com todo território brasileiro (WESTIN, 2020).

Segundo Westin (2020), em 1823, o Deputado José Bonifácio de Andrada e Silva, representante de São Paulo, apresentou uma proposta para uma nova capital, que deveria se chamar Petrópolis, em homenagem a Dom Pedro I ou Brasília. Esta mudança daria melhor controle do território, impedindo sua desintegração, como acontecia na época com os territórios espanhóis. Em sua proposta, José Bonifácio explica que a capital deveria ficar bem centralizada no território do país, para chamar para o “sertão” o excesso de povoação das áreas marítimas, uma espécie de escoamento da população costeira, de acordo com Westin (Idem). Westin (2020) explica que Bonifácio acrescentou na proposta a seguinte explicação:

Como essa cidade deve ficar equidistante dos limites do Império tanto em latitude como em longitude, vai-se abrir, por meio das estradas que devem sair desse centro como raios para as diversas províncias, uma comunicação e decerto criar comércio interno da maior magnitude. Vai-se chamar para as províncias do sertão o excesso da povoação sem emprego das cidades marítimas e mercantis.

Esta ideia, de José Bonifácio, morreu com o primeiro reinado, logo após D. Pedro I dissolver a assembleia constituinte.

No período do segundo reinado, com Dom Pedro II no comando, Francisco Adolfo de Varnhagem, historiador renomado, acreditava que manter a capital no Rio representava continuar com o atraso colonial e essa mudança seria um marco para Brasil ingressar na modernidade (WESTIN, 2020). Varnhagem embrenhou pelos sertões, em 1877, procurando lugar apropriado, para construir a capital Imperatória. Westin (2020) comenta que esta localização seria “entre as lagoas Formosa, Feia e Mestre d’Armas — a grande área dentro da qual hoje se situa Brasília”.

Durante a história, diversas figuras políticas, como, por exemplo, o senador Holanda Cavalcanti (PE), fizeram argumentações favoráveis à mudança, que o vazio do interior teria boa utilidade para plantações de café, motor da economia nacional, em um período em que o Brasil se encontrava como um dos maiores exportadores de café do mundo (WESTIN, 2020). De fato, as áreas do interior seriam adequadas para essa nova fronteira agrícola, assim como é hoje no cultivo de soja, o então senador também acredita que o Brasil tinha seu papel na economia mundial como celeiro agrícola, como se cada nação tivesse seu papel e seu lado forte e que deveria focar nessa área, mesmo que isso deixasse a economia frágil, pois qualquer crise que desse no setor específico que o país se especializa, já daria uma queda bruta no rendimento interno e PIB.

Westin (2020) descreve que, na queda da monarquia, com a instalação da assembleia constituinte de 1891, o senador constituinte Virgílio Danásio fez uma proposta, para que a nova capital se chamasse Tiradentes, argumentando que Rio de Janeiro era um barril de pólvora, com 400 mil moradores, pronta a explodir a qualquer momento, e que, ao mesmo tempo, tem o objetivo de sempre afastar o poder político e elite dos problemas do país ao invés de procurar resolver as causalidades.

A discussão foi acatada por outros parlamentares, como pode-se observar na citação, a seguir:

Nesta cidade populosa, falemos a verdade, encontram-se muitos que vivem entre a ociosidade e manejos ou expedientes poucos confessáveis. Essa grande massa de homens é uma arma, uma alavanca poderosíssima em mãos de agitadores. Uma cidade populosa não convém para capital.

O deputado constituinte Thomaz Delfino (DF) concordou:

— Uma capital não se sente muito bem no meio da multidão da vasta cidade, por sua natureza agitada e de vez em quando algum tanto revolucionária. É sabido que nos Estados Unidos da América do Norte os diferentes estados têm geralmente pequenas cidades por capitais. A sede do governo do estado de Nova York não é a riquíssima cidade desse nome, e sim a insignificante

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Albany. Quando a capital da União Americana foi fixada em Washington, era está apenas uma pequena cidade de 70 a 80 mil habitantes (WESTIN, 2020).

No início da república, que é marcado pelo domínio das Oligarquias estaduais, se tinha a preocupação de explodir no Rio de Janeiro uma insurreição pela volta do Imperador Dom Pedro II, tanto que na constituição de 1891, pela primeira vez, a transferência da capital para o centro do Brasil se transformou em lei.

Art 2º - Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.

Art 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.

Parágrafo único - Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado (BRASIL, 1891).

Uma das ações para transformar a Lei em realidade foi a criação de uma comissão científica chefiada por Luiz Cruls, acordada pelo então presidente, Floriano Peixoto, para explorar o planalto central do Brasil (ZANETTI ET AL., 2021, p. 206).

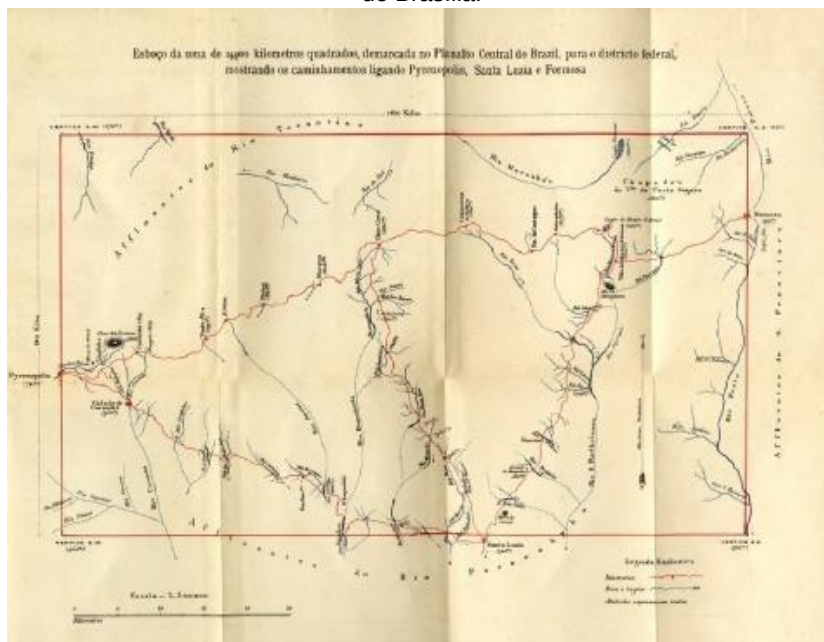
Em 1891, a primeira constituição republicana estipulava a transferência e assim o assunto permaneceu até maio de 1892, quando foi nomeada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil pelo presidente Floriano Peixoto e chefiada por Luiz Cruls.

Essa comissão foi responsável pelos primeiros estudos sobre o futuro território do Distrito Federal (DF). Os diversos cientistas elaboraram relatórios sobre aspectos geológicos, pedológicos, astronômicos, botânicos, etc. e demarcaram, em 1896, a área denominada de "Quadrilátero Cruls" com área de 14.400 km (PAVIANE, 2007 apud ZANETTI et al., 2021, p.208-209).

ZANETTI et al. (2021, p. 209) explicam que, conforme os relatórios elaborados por Cruls (1896), observa-se a profundidade do levantamento do meio físico, da fauna e da flora local. Nos mapas produzidos foram traçados os limites do quadrilátero Cruls, o qual indica a posição da zona demarcada no Artigo 3º, da Constituição de 1891 (figura 1).

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Figura 1 – Mapa elaborado pela Comissão Cruls, delimitando o quadrilátero, dentro do qual se instalaria a cidade de Brasília.



Fonte: El Dahdah (2010)

O presidente civil Prudente de Moraes arquivou o plano. Westin (2020) comenta que “ele se explicou dizendo que os cofres públicos não tinham dinheiro para tão cara empreitada. O real motivo, segundo os historiadores, era o risco de a mudança geográfica do poder federal destruir o frágil equilíbrio entre as oligarquias estaduais que sustentava a Primeira República”.

No ano de 1905, um projeto de lei dava prazo à mudança da capital, até 1921, para encerrar a tempo da comemoração de 100 anos de Independência, projeto de lei de Nogueira Paranaguá (PI): “Rio é uma cidade de estrangeiros, sendo os interesses da cidade antagônicos com o interesse nacional. Capital tranquila”, verdadeiramente nacional, em que o brasileiro seja predominante” (WESTIN, 2020).

Pós-revolução de 1930, com as oligarquias estaduais enfraquecidas, aparece, mais uma vez, a ideia da mudança da capital na constituição de 1934, como pode-se observar, no artigo 4º, das Disposições Transitórias:

Art 4º - Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma Comissão, que, sob instruções do Governo, procederá a estudos de várias localidades adequadas à instalação da Capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará sem perda de tempo as providências necessárias à mudança. Efetuada esta, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado (BRASIL, 1934).

O diretor do Serviço de informações e Estatísticas do Ministério da Educação, Mario Augusto Teixeira de Freitas, propôs uma transferência gradual para o interior, sendo que Belo Horizonte seria a capital provisória do país, até que fosse finalizada a construção de Cabralia, conhecido como projeto para interiorização em duas etapas (WESTIN, 2020).

Westin (2020) explica que na Assembleia Constituinte, de 1946, que foi convocada logo após a queda da ditadura do Estado Novo, foi discutido pelos parlamentares outras possibilidades, no lugar da mudança da capital em etapas. Houve mobilização da bancada de Goiás para sugerir a sua própria capital, inaugurada apenas quatro anos antes. O Senador Diógenes Magalhães (PSD-GO) fez o seguinte comentário:

Deve ser projetada com a maior perfeição, para não prejudicar o futuro do país”. Tal pensamento da capital a endossa como uma cidade perfeita e magnífica, e moderna

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

para servir como símbolo de uma transição ou marco temporal nacional do país para a modernidade (WESTIN, 2020).

Esta discussão foi retomada por Juscelino Kubitschek, quando candidato à presidência, em 1955. De acordo com Westin (2020), quando JK foi questionado por jornalistas sobre a capital no interior, respondeu “se assim prevê a constituição, eu a farei”. A construção da nova capital não estava no Plano de Metas de JK, que se organizava em 5 setores: Energia, Transporte, Alimentação, Indústrias de Base e Educação (ZILIOOTTO, 2005). A Construção de Brasília apareceria na Meta Síntese, que trazia: “Construção da nova sede administrativa do país, a capital Brasília, que a princípio não estava orçada no plano” (ZILIOOTTO, 2005, p.25).

Sendo assim, sua promessa de campanha, começa a sair do papel, em 1956, iniciando-se com o concurso público, que é vencido por Lucio Costa, arquiteto e urbanista, com formação clássica, nascido na França, e trabalhava para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SPHAN. Vidal (2009 apud WESTIN, 2020) ressalta que

Juscelino poderia ter descumprido a promessa. Nada o obrigava a cumpri-la. Ele não seria o primeiro político a não cumprir a totalidade do seu programa eleitoral. O que ocorreu foi que Juscelino, um herdeiro do getulismo, se elegeu com apenas 35% dos votos, e setores conservadores da política e das Forças Armadas, os mesmos que haviam levado Getúlio ao suicídio, questionaram essa vitória. No fim de 1955, houve duas tentativas de golpe de Estado para impedir a posse de Juscelino. No início de 1956, uma revolta militar tentou derrubá-lo. Nesse ambiente hostil, Juscelino percebeu que a transferência da capital tinha a capacidade de mobilizar o imaginário da nação e colocá-la ao seu lado. Foi por isso que levou a ideia adiante.

Westin (2020) afirma que o plano de Juscelino era uma questão política, de mobilizar imaginário da nação e colocá-la ao seu lado, assim como é feito em outros períodos da história para se buscar rompimento com o passado colonial, ou para se afastar dos problemas da época, ou simplesmente como ideal de progresso, ruptura, modernidade.

A cidade foi construída de forma planejada, em uma área que se teve uma análise geográfica na região que se ia construir a capital, por conta de a mudança ter que ser para um local com boas condições, com critérios de altitude, as condições de tempo, do lençol d'água, do relevo, vegetação, vias de transporte e comunicação (WESTIN, 2020).

Os críticos de Brasília (Lucas Lopes, Paula e Souza, Christovam Leite) acreditavam que o país estava movendo sua capital do centro demográfico ou econômico ao centro geográfico, pois explicam que as pessoas procuravam encontrar uma cidade sem defeitos, por ser projetada, mas ao olharmos a realidade do país, não seria novo se esperar que essa capital demonstrasse tais aspectos, e mantivesse em si as desigualdades sociais nacionais (WESTIN, 2020).

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, no feriado de Tiradentes, que é considerado como uma figura nacional, e que a fundação nessa data, vem novamente para reforçar esse ideal nacional da figura Tiradentes, Juscelino, sendo mineiro, busca o seu ideal. Como menciona Vidal (2009 apud WESTIN, 2020): “O plano deve expressar a grandeza de uma capital federal cuja principal característica será a função governamental em torno da qual se agrupam todas as demais”.

Sendo assim construída, para abrigar a classe política, Brasília se tornou uma cidade importante. Possui o terceiro maior PIB per capita do país, entre cidades, além de possuir mais habitantes do que sete estados brasileiros, e conseguiu superar o milhão de habitantes, na década de 1980, o segundo milhão no ano 2000 e o terceiro em 2016, marcando um inchaço populacional, de uma cidade que não foi feita para atender tal demanda (GALVÃO, 2020).

Elvan Silva (SILVA, 1995), em seu artigo, publicado no ano de 1995 menciona que “a segregação espacial dos diversos estratos socioeconômicos da população do distrito federal”. Essa segregação é fruto tanto de um aumento excessivo da população, que gera uma densidade por serviços que a cidade não está apta a oferecer e fruto de uma política de Estado, que não tinha interesse que a cidade fosse povoada pelo “povão” ou calangos, mais sim por políticos e a elite.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Conclusão

A construção da nova capital vem com um papel de modernidade para o Brasil que queria ter um novo país e deixar para trás o passado colonial e se desenvolver, assim como no período se teve avanços significativos na área da indústria para se afastar do passado agrícola. Da mesma forma, pelo lado da superação das crises que cada período estava tendo, desde muito antes do governo de Juscelino, cada um teve em si seus motivos para criação da nova capital, mas sempre como uma forma de solucionar crises de seus períodos, Juscelino a construiu para marcar seu governo e para terminar seu mandato com o apoio popular. De fato, Brasília e Juscelino se tornaram parte de um mesmo assunto, estando a capital sempre atrelada a seu nome em sua história.

Referências

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** — promulgada em 24 de fevereiro de 1891 pelo Congresso Constituinte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 3 jun. 2023.

CRULS, L. **Relatório Parcial da Comissão de Estudos do Planalto Central do Brasil**. Rio de Janeiro: Typo-lith. Carlos Schmidt, 1896.

EL-DAHDAH, Farès. Brasília, um objetivo certa vez adiado. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 119.02, Vitruvius, abr. 2010. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.119/3363>. Acesso em: 3 jun. 2023.

GALVÃO, Walter. Brasília tem terceiro maior PIB entre cidades do país, diz IBGE. **Portal G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/12/16/brasil-tem-terceiro-maior-pib-entre-cidades-do-pais-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 4 maio 2023.

SILVA, E. Brasília, utopia: o compromisso entre o projeto, a realidade e o futuro. **Projeto**, São Paulo (SP), v. Nº 184, p. 91-95, 1995.

WESTIN, Ricardo. **Brasília, a capital que precisou de 150 anos para sair do papel**. Agência Senado, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/brasil-a-capital-que-precisou-de-150-anos-para-sair-do-papel>. Acesso: 12 jun. 2023.

ZANETTI, V.; PAPALI, M. A. C. R.; COSTA, S. M. F. da. Entre o espaço público e o privado: O caso da transferência da Capital Federal do Brasil. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/16214>. Acesso em: 8 jul. 2023.

ZILIOOTTO, Lisandre Sotta. **Plano de metas no governo Juscelino Kubitschek (1956/1961): uma análise sobre o desenvolvimento econômico através do IDH**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, p. 65. 2005.